

MENSAGEM Nº 521

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de outubro de 2021.

Brasília, 13 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Árabe da Síria.

2. O atual ocupante do cargo, **FABIO VAZ PITALUGA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 852/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá Silvestre Filho
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 19/10/2021, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2952061** e o código CRC **BB39D226** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007991/2021-84

SEI nº 2952061

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS*

CPF.: 642.132.507-68

ID.: 10459 MRE

1961 Filho de Robiran José dos Santos e Ana Elvira de Azevedo dos Santos, nasce em 16 de setembro, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1983 Pedagogia, Inglês, pela Universidade Santa Úrsula/RJ
1989 Ciência Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro
1992 CPCD - IRBr
2012 LVII CAE

Cargos:

1993 Terceiro-secretário
1998 Segundo-secretário
2005 Primeiro-secretário
2008 Conselheiro, por merecimento
2014 Ministro de segunda classe, por merecimento
2021 Ministro de segunda classe do Quadro Especial

Funções:

1993-96 Divisão de Integração Regional, assistente
1996 Ministério de Planejamento e Orçamento, Sec. Planejamento e Avaliação, assessor
1996-97 Assessoria de Comunicação Social, assistente
1997-00 Consulado-Geral em Miami, vice-cônsul e cônsul adjunto
2000-03 Embaixada em Assunção, segundo-secretário
2003-06 Embaixada em Bogotá, segundo-secretário
2006 Secretaria de Estado das Relações Exteriores
2006 Embaixada em Abuja, primeiro-secretário em missão transitória (10 meses)
2006-09 Embaixada em Abuja, primeiro-secretário e ministro-conselheiro, comissionado
2009-11 Consulado Geral em Paris, cônsul-geral adjunto
2011-13 Embaixada em Riade, ministro-conselheiro, comissionado
2013-18 Embaixada na Monróvia, embaixador
2018- Embaixada em Kinshasa, embaixador

Condecorações:

1997 Ordem ao Mérito, Itália, Cavaleiro
2018 Ordem de Rio Branco (MRE), Grã-Cruz
2019 Ordem do Pacificador (Exército Brasileiro), Grã-Cruz

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DO ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE ORIENTE MÉDIO I**



REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA



**Outubro 2021
INFORMAÇÕES OSTENSIVAS**

PERFIS BIOGRÁFICOS



Bashar Al-Assad
Presidente da República Árabe Síria
(Damasco, 1965)

Al-Assad graduou-se em Medicina pela Universidade de Damasco e especializou-se em Oftalmologia pelo Hospital Militar *Tishrin*. Entre 1992 e 1994, aprofundou seus estudos no Reino Unido. O falecimento de seu irmão mais velho abreviou sua carreira médica e levou-o a assumir a primeira posição na linha sucessória do pai, o Presidente Hafez Al-Assad. Ingressou, assim, na Academia Militar, onde foi promovido ao posto de Coronel e nomeado Comandante-em-Chefe das Forças Armadas. Assumiu a Presidência em 2000, após a morte do pai.



Hussein Arnous
Primeiro-Ministro
(Khan Shaykhun, 1953)

Hussein Arnous é engenheiro pela Universidade de Aleppo e tem longa carreira política. Foi presidente do sindicato de engenheiros de Idlib, entre 1988 e 1994; presidente da Companhia Pública para Estradas, entre 1992 e 2002; e vice-ministro dos Transportes, entre 2002 e 2004. Ocupou o cargo de governador de Deir ez Zor, de 2009 a 2011, e de Quneitra, de 2011 a 2013. Arnous foi também ministro de Obras Públicas e Habitação, entre 2013 e 2016.



Faysal Meqdad
Ministro dos Negócios Estrangeiros
(Ghasm, 1954)

Faysal Meqdad graduou-se em literatura inglesa pela Universidade de Damasco e obteve seu doutorado, na mesma disciplina, pela "Charles University", de Praga. Ingressou na chancelaria síria em 1994. No ano seguinte, foi designado para a missão permanente junto à ONU, onde serviu a maior parte de sua carreira, primeiro como secretário e, mais tarde, como representante altermo e representante permanente. Em distintas ocasiões, presidiu sessões do CSNU e foi vice-presidente da AGNU. De 2006 a 2020, foi vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e Expatriados. Considerado um dos expoentes do corpo diplomático sírio, onde é conhecido pela reputação assertiva, tornou-se próximo do Presidente Bashar al-Assad. Desde que assumiu o cargo, em 2020, não foram notadas mudanças de curso significativas nas linhas de atuação da chancelaria síria.

CONFLITO NA SÍRIA

PANORAMA GERAL

Decorridos mais de dez anos do início da crise, em março de 2011, ainda não se vislumbra o equacionamento do conflito na Síria. A situação de segurança no país permanece instável e volátil, notadamente no nordeste, no norte, no noroeste, e nas províncias do Sul. Embora não se tenham registrado recentemente ofensivas militares de grande porte, os embates nas diversas regiões do país prosseguem, com alto grau de violência.

Cinco forças armadas estrangeiras operam no país - EUA, Rússia, Irã, Israel e Turquia – com extensas áreas controladas “de fato” por outros atores, como forças curdas e grupos rebeldes islamistas. Paira sobre o país o risco de fragmentação. A situação no terreno segue frágil, com chances de deteriorar-se rapidamente.

No campo humanitário, o balanço da última década são 500 mil mortos, 5,5 milhões de refugiados, 6,5 milhões de deslocados internos e 12,5 milhões de pessoas que necessitam assistência humanitária. A população síria, que havia ultrapassado a marca de 20 milhões em 2010, foi reduzida a 17 milhões de habitantes. Estima-se que cerca de 90% dos sírios encontrem-se abaixo da linha de pobreza. Eventual escalada militar poderia ocasionar novas ondas de deslocados internos e de refugiados.

No campo político, os esforços de mediação são conduzidos pelo enviado especial para a Síria do Secretário-Geral das Nações Unidas, o embaixador norueguês Geir Pedersen. As esperanças voltam-se atualmente para as reuniões do Comitê Constitucional, instituído em 2019 com base na Resolução 2254 (2015) do Conselho de Segurança, que preconiza uma transição política para a Síria.

O órgão é composto por 150 representantes, dos quais 50 ligados ao governo sírio, 50 à oposição (representada pela “Syrian Negotiations Commission” - SNC) e 50 considerados independentes, representantes da sociedade civil síria. A regra procedimental exige 75% dos votos dos delegados para aprovação de propostas.

Entre 25 e 29 de janeiro último, foi realizada, em Genebra, a quinta sessão do chamado “small body” – versão reduzida do Comitê Constitucional, com quinze membros de cada grupo representado. Após o encontro, o embaixador Pedersen declarou que não teria havido progresso significativo. Pedersen tem manifestado esperanças de encontrar denominador comum entre o governo e a oposição, a fim de permitir a breve convocação da sexta reunião do Comitê.

Mais recentemente, em julho passado, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 2585, que renovou autorização para operações de assistência humanitária transfronteiriças no noroeste da Síria. A Resolução reconheceu a importância da assistência humanitária na modalidade “cross-line” (dentro do território sírio) e não apenas por meio de passagens transfronteiriças (“cross-border”), que eram privilegiadas até então. O documento reitera o

compromisso das Nações Unidas com a soberania, a independência, a unidade e integridade territorial da Síria.

Em meio a críticas internacionais, em 26 de maio passado, o presidente Bashar al-Assad foi reeleito para novo mandato de sete anos, até julho de 2028.

POSIÇÃO DO BRASIL

O Brasil tem manifestado preocupação com a contínua violência na Síria, reiterando sempre a expectativa de que a crise seja equacionada pela via do diálogo inclusivo, liderado pelos próprios sírios.

Nossa diplomacia reconhece e apoia os esforços das Nações Unidas na Síria, e, em particular, os trabalhos do Comitê Constitucional, que poderá abrir caminho para solução sustentável para o conflito. No que concerne aos direitos humanos, o Brasil condena as violações cometidas por todas as partes do conflito.

POLÍTICA INTERNA SÍRIA

Em descompasso com o processo multilateral que busca colocar um fim à guerra civil síria no âmbito das Nações Unidas, o governo sírio realizou, em julho de 2020, eleições para a Assembleia do Povo (Parlamento unicameral), cuja legitimidade não foi reconhecida pela maior parte da comunidade internacional.

Na ocasião, estiveram em disputa 250 assentos em 15 distritos eleitorais. A chamada Frente Nacional Progressista (FNP), coalizão de partidos políticos, elegeu 183 parlamentares, 166 dos quais pertencentes ao partido Baath, do presidente Assad. Foram eleitos também 67 parlamentares considerados independentes. Tratou-se da terceira ocasião em que foram realizadas eleições parlamentares desde o início do conflito.

Com o resultado, o presidente Assad confirmou Hussein Arnous na posição de primeiro-ministro e o instruiu a formar novo Conselho de Ministros, que tomou posse em 2 de setembro de 2020. Na ocasião, houve significativa renovação do Conselho de Ministros, com 47% de novos integrantes. De acordo com a Constituição síria, o Conselho de Ministros é a mais alta autoridade executiva e administrativa. Tem por função supervisionar a implementação das leis e regulamentações, e o trabalho das instituições do Estado.

Em maio último, foi realizada eleição para o cargo de presidente. Como esperado, Assad foi eleito para novo mandato de sete anos. Dos pouco mais de 18 milhões de eleitores aptos a votar, tanto na Síria como no exterior, compareceram às urnas, segundo dados oficiais, cerca de 14 milhões (em torno de 78,64%). O presidente Assad recebeu 13,540 milhões de votos, equivalente a 95,1% do total. O candidato declarado opositorista Mahmoud Ahmad Merei recebeu pouco mais de 470 mil votos (3,3%); enquanto o candidato Abdullah Salloum Abdullah, do "Social Unionist Party", parte da Frente Nacional Progressista, na qual também se encontra o partido Baath, recebeu cerca de 214 mil votos (1,5% do total).

Em sua cerimônia de posse, Assad defendeu que os grandes desafios da Síria são liberar o restante do território ainda ocupado por grupos de oposição e por forças militares estrangeiras, bem como fazer frente às dramáticas consequências econômicas e sociais da guerra. Agradeceu, ademais, o apoio de países aliados, como Rússia, China e Irã.

Como mencionado, as eleições sírias não foram reconhecidas pelas Nações Unidas, tampouco pela ampla maioria dos países. Foi criticada a ausência de legitimidade do exercício, desprovido de critérios genuinamente democráticos. Representantes da ONU recordaram os termos da Resolução 2254 (2015), que estipulou diretrizes para um processo político liderado pelos próprios sírios, que culmine com a realização de eleições livres e justas, sob supervisão das Nações Unidas e sob a égide de uma nova Constituição.

ECONOMIA SÍRIA

Antes da eclosão do conflito, a Síria havia iniciado processo de abertura econômica que parecia caminhar paralelamente à aproximação do governo sírio com as economias ocidentais. Do final da década de 1990 ao início dos anos 2000, reformas vinham sendo implementadas, visando à diminuição de gastos públicos, ao controle da inflação e à facilitação dos fluxos financeiros. Essas reformas indicavam, além de tentativa de superação do modelo estatizante prevalente na Síria desde a década de 1960, a dinamização da economia. Com o conflito, todavia, as mudanças nas diretrizes de política macroeconômica deixaram de ser prioridade.

Atualmente, o quadro econômico é de deterioração. Os últimos dois anos têm sido caracterizados por desvalorização acentuada da moeda local, disparada da inflação, elevação dos preços dos produtos básicos e dos remédios, perda de poder aquisitivo e empobrecimento da população.

A economia síria encontra-se sob o impacto de rígidas sanções unilaterais adotadas pelos EUA e pela União Europeia. As medidas trouxeram dificuldades para operações bancárias e comerciais, além de inviabilizar o acesso do país a linhas de crédito. Da mesma forma, os bancos sírios foram banidos do sistema de transferência internacional SWIFT.

A partir de 2019, o quadro agravou-se com a aprovação do chamado “Ceasar Act”, legislação norte-americana que passou a punir investimentos na Síria. O instrumento estabeleceu sanções contra indivíduos e instituições de terceiros países que promovam negócios com instituições sírias, incluindo o setor de construção, o que poderá afetar os esforços futuros de reconstrução do país. A crise econômica do Líbano veio somar-se a esse cenário, fechando o que se considerava a última janela da economia síria para o mundo.

O enfrentamento da pandemia da COVID-19 tem causado, ademais, forte impacto econômico e social. Cerca de 13 milhões de sírios estão em situação de risco, no que diz respeito à segurança alimentar, e necessitam assistência humanitária. Em torno de 90% da população encontra-se abaixo da linha de pobreza.

O país enfrenta, também, grave crise energética, com frequentes cortes de eletricidade. As autoridades sírias culpam as sanções internacionais pelas dificuldades para importação de

petróleo. As perdas do setor, desde o início do longo conflito, em 2011, são estimadas em cerca de US\$ 91,5 bilhões. Antes da eclosão do longo conflito, a Síria era capaz de atender parte significativa de suas necessidades energéticas. Tornou-se, depois de mais de dez anos de guerra, altamente vulnerável ao fornecimento de energia.

Nos últimos anos, o governo sírio vem impondo, cada vez mais, restrições às importações de amplo leque de produtos e insumos. Tais medidas têm como objetivo evitar o uso de moeda forte, em razão do nível das reservas internacionais; evitar a desvalorização exponencial da moeda local; e buscar o equilíbrio orçamentário. As medidas buscam, também, promover a produção local.

O processo de reconstrução da Síria tem sido lento, embora empresas - notadamente, russas, iranianas e chinesas - por meio de contratos comerciais e de investimentos, já estejam se posicionando. A Síria padece, ainda, de dificuldades logísticas relacionadas ao estado precário de seus portos, ferrovias, rodovias e aeroportos, em parte destruídos pela guerra. Subsistem importantes entraves financeiros, econômicos, logísticos e políticos que comprometem as condições para o início do processo de reconstrução e normalização da economia do país.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Síria mantêm laços históricos, culturais e familiares, que se fortalecem em razão da presença de significativa comunidade de origem síria no Brasil. As estimativas variam, mas é possível dizer que existiriam no Brasil cerca de quatro milhões de descendentes de sírios, que aqui chegaram entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX.

Em junho de 2010, o presidente Bashar al-Assad visitara o Brasil, ocasião em que foram assinados cinco acordos de cooperação bilateral, nas áreas de cooperação técnica, assistência jurídica em matéria penal, transferência de pessoas condenadas, saúde e agricultura.

Desde o início do conflito, foram raros os contatos políticos em alto nível. Nosso diálogo com o governo sírio tem-se limitado à Embaixada em Damasco, que nunca fechou ao longo do conflito, embora os servidores do quadro tenham sido transferidos para Beirute entre 2012 e 2018, por razões de segurança. Durante esse período, o Brasil manteve a representação na Síria em nível de encarregado de negócios.

Em novembro de 2018, com o retorno do pessoal do Quadro a Damasco, o Brasil acreditou novamente embaixador junto ao governo sírio. O atual chefe do posto apresentou credenciais ao presidente Bashar al-Assad em abril de 2019. O retorno do pessoal diplomático foi altamente apreciado em Damasco.

A partir de 2018, delegações empresariais voltaram a visitar a Síria, em especial por ocasião da Feira Internacional de Damasco (FID). Naquele ano, delegação da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), chefiada por seu então presidente, senhor Rubens

Hannun, participou da FID. Em 2019, nova delegação da CCAB, desta vez chefiada pelo senhor Walid Yazigi, presidente do Conselho Superior de Administração, representou o Brasil.

A embaixada em Damasco vem-se esforçando para normalizar outros setores do posto, como o atendimento consular, os contatos comerciais e a promoção da cultura brasileira. Antes da pandemia da Covid-19, havia sido possível retomar as celebrações da data nacional brasileira, bem como realizar mostras de cinema brasileiro. O I Festival de Cinema Brasileiro na capital síria teve lugar em novembro de 2018. Bem-sucedida, a iniciativa foi renovada em 2019. Ambos os eventos, realizados na Ópera de Damasco, contaram com o apoio do Ministério da Cultura sírio e tiveram boa receptividade do público.

Em setembro passado, por ocasião da abertura da 76ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, o Secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, Embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto, reuniu-se com o Vice-Chanceler sírio, Bachar Jaafari.

RELAÇÕES PARLAMENTARES

Em duas ocasiões desde o início do conflito, delegações de parlamentares brasileiros visitaram a Síria. A primeira foi em janeiro de 2018, quando três deputados - Arlindo Chinaglia (PT/SP); Carlos Melles (DEM/MG); e Esperidião Amin (PP/SC) - estiveram na Síria para contatos com representantes empresariais e legislativos. Em novembro do mesmo ano, o Senador Fernando Collor, então presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), realizou missão oficial ao país, tendo sido recebido pelo presidente Bashar al-Assad.

O Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes, criado em 2008, tem atualmente como presidente o senador Jean Paul Prates (PT/RN), e como vice-presidente a deputada Ângela Amin (PP/SC). O Grupo tem por finalidade “incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos, bem como contribuir para a análise, a compreensão, o encaminhamento e a solução de problemas”.

Do lado sírio, a Assembleia do Povo (parlamento unicameral sírio) instituiu o Grupo de Amizade Parlamentar Síria-Brasil. Seu objetivo tem sido fomentar contatos com a comunidade de origem síria do Brasil e a promoção de operações comerciais e de investimentos no âmbito da reconstrução da Síria.

ASPECTOS HUMANITÁRIOS

O Brasil tem buscado facilitar a entrada, no território nacional, de pessoas afetadas pelo conflito na Síria. De 2013 a 2019, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) aprovou resoluções sucessivas que facilitaram a concessão de visto, por razões humanitárias, a sírios que manifestassem a intenção de buscar refúgio no Brasil.

Em outubro de 2019, o governo brasileiro aprovou portaria interministerial que instituiu formalmente visto temporário para acolhida humanitária de sírios que pedirem proteção ao Estado brasileiro em função do conflito, dispensando esse grupo do pagamento de taxas e do cumprimento de outros requisitos. Foram concedidos mais de 9 mil vistos humanitários desde a eclosão do conflito, e o governo brasileiro acolheu cerca de 4 mil refugiados sírios.

O Brasil contribuiu, ademais, com doações financeiras e de medicamentos para o alívio da situação humanitária na Síria, por meio de agências especializadas. Como ações específicas promovidas pelo Brasil, destacam-se:

- Em 2014, doação de US\$1,2 milhão para o Fundo Central para Respostas a Emergências das Nações Unidas (CERF-OCHA); US\$ 300 mil para ação conjunta do UNICEF e do ACNUR; e US\$ 190 mil em medicamentos destinados ao combate da leishmaniose à Organização Mundial da Saúde (OMS);
- Participação, entre 2013 e 2015, em reuniões de doadores para a Síria, tendo o Brasil doado: US\$ 250 mil em 2013; US\$ 300 mil em 2014; e US\$ 5 milhões em 2015. O montante prometido em 2015 consistiu em contribuição em espécie efetivada por meio do Programa Mundial de Alimentos;
- Em 2016, doação de US\$ 1.325.557,00, oriundos do Ministério da Justiça e destinados ao custeio de atividades desenvolvidas pelo ACNUR no Brasil, relacionadas ao processo de reconhecimento do "status" de refugiados no país, bem como a atividades de apoio à integração local;
- Em 2017, doação de uma tonelada de medicamentos e vacinas em caráter de ajuda humanitária para a representação da Organização Mundial da Saúde na Síria;
- Em 2018, envio de 40 mil frascos de Insulina Humana Tipo NPH e 4 mil frascos de Insulina Humana Tipo Regular, com vistas a atender refugiados sírios no Líbano;
- Em 2019, doação à OMS no Líbano de sete "kits" de medicamentos e insumos estratégicos de saúde. Composto por medicamentos e insumos estratégicos de saúde, cada kit é capaz de atender até 500 pessoas por um período de três meses;
- Em 2020, doação de US\$ 75 mil para o "Syrian Humanitarian Response Fund", no âmbito da IV Conferência de Bruxelas em Apoio ao Futuro da Síria e da Região.

RELAÇÕES ECONÔMICAS COM O BRASIL

Os números recentes mostram a dimensão do impacto exercido pelo conflito sobre as trocas comerciais sírias e, especificamente, sírio-brasileiras. Em 2010, antes da eclosão da crise, o fluxo de comércio havia atingido o recorde histórico de US\$ 594,8 milhões. Atualmente, o volume de comércio é de cerca de US\$ 60 milhões.

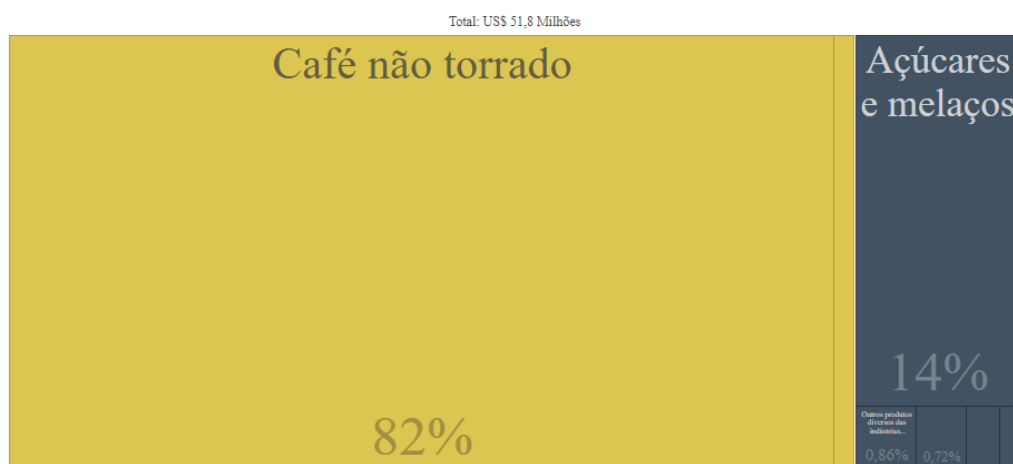
A pauta exportadora para o mercado sírio concentra-se em produtos primários básicos. Em 2019, foram US\$ 37,9 milhões as exportações de café em grãos (o que correspondeu a 60,25% das nossas exportações totais) e US\$ 22,2 milhões em açúcar cru (35,29%). Esses dois produtos, juntos, representaram, portanto, em 2019, cerca de 96% de nossas exportações para a Síria. Já as exportações da Síria para o Brasil não apresentam escala comercial relevante.

Os dados do comércio bilateral, em 2020, segundo fontes oficiais brasileiras, apontam comportamento similar. O total das exportações do Brasil foi da ordem de US\$ 51,7 milhões, sendo que cerca de US\$ 42,3 milhões corresponderam às exportações de café em grãos (81,6%) e US\$ 7,17 milhões (13,8%) às exportações de açúcar cru. Esses dois produtos seguem sendo os mais importantes da pauta exportadora brasileira. Juntos correspondem a 95,4% das exportações brasileiras para a Síria. As importações de produtos sírios pelo Brasil são mínimas. No ano passado, foram da ordem de US\$ 485,7 mil, sendo que US\$ 450 mil foram de sementes de anis, correspondentes a 92,6% do total. Em 2020, portanto, o superávit em favor do Brasil com relação à Síria foi da ordem de US\$ 51,3 milhões.

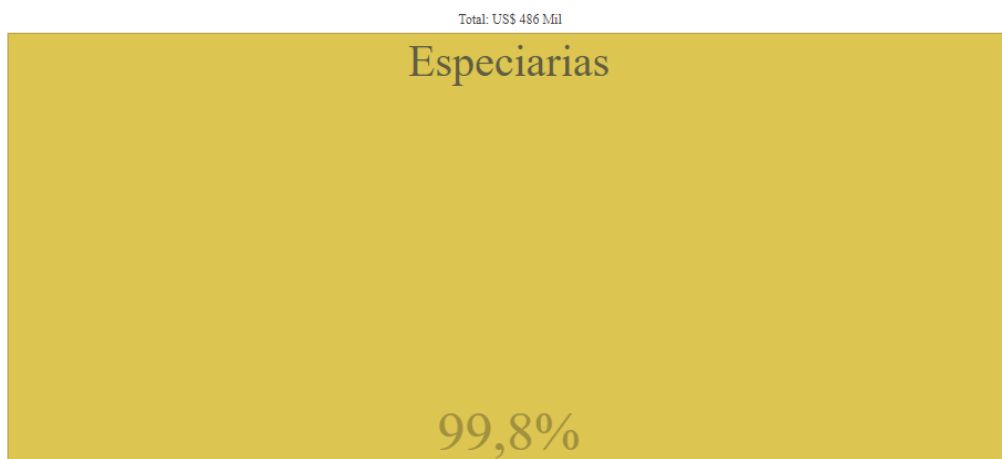
INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ MI - FOB)

Brasil – Síria	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Exportações	303,1	547,4	366,2	94,4	52,1	112,4	69,6	105,8	74,6	58,9	62,9	51,8
Importações	4,2	47,4	44,6	2,4	1,3	1,1	1,4	1,1	1,3	1,7	2,4	0,5
Intercâmbio Total	307,3	594,8	410,8	94,9	53,4	113,5	71,1	107	75,9	57,2	65,3	52,3
Saldo Comercial	298,9	499,9	321,6	90	50,8	111,2	68,1	104,6	73,2	60,6	60,5	51,3

PRODUTOS EXPORTADOS (2020)



PRODUTOS IMPORTADOS (2020)



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Árabe Síria
CAPITAL	Damasco
ÁREA	185.180 km ²
POPULAÇÃO (2020)	17,5 milhões (Banco Mundial)
IDIOMAS	Árabe (oficial), curdo, armênio, siríaco, circassiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Aproximadamente 74% muçulmanos sunitas, 12% alauítas, 10% cristãos e 4% drusos.
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Bashar al-Assad
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Hussein Arnous
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Faysal Meqdad
PIB (2020)¹	US\$ 18,8 bilhões (estimativa)
PIB PER CAPITA (2020)²	US\$ 1.075 (estimativa)
UNIDADE MONETÁRIA	Libra Síria (SYP)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Encarregada de Negócios Khouzama Mustafa (desde 2021)

¹ Fonte: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)

² Idem.

EMBAIXADOR NA SÍRIA	Embaixador Fabio Vaz Pitaluga
COMUNIDADE BRASILEIRA	Cerca de 1300 pessoas

LISTA DE ACORDOS

TÍTULO DO ACORDO	ASSUNTOS	DATA	STATUS DA TRAMITAÇÃO
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria sobre Cooperação Técnica	Cooperação Técnica	30/06/2010	Tramitação Congresso Nacional
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal	Direito Penal	30/06/2010	Foram encontradas discrepâncias entre os textos assinados.
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria sobre Transferência de Pessoas Condenadas	Direito Penal	30/06/2010	Foram encontradas discrepâncias entre os textos assinados.
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria sobre Cooperação na Área da Saúde	Saúde Cooperação	30/06/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura.	Agricultura Cooperação Técnica	30/06/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria para o Estabelecimento de Consultas entre seus Ministérios das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros.	Consultas Diplomáticas	09/02/2009	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários	Sanidade Animal e Vegetal	03/12/2003	Aguarda Ratificação da(s) Parte(s)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação no Campo do Turismo	Turismo, Feira e Exposições	03/12/2003	Em Vigor
Acordo de Cooperação Esportiva entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria	Cooperação Educativa e Esportiva	03/12/2003	Em Vigor